abreviado, n.º 366/00.2S4LSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Marco Aurélio Ferreira Barros, filho de José Ramos Leonor e de Filomena de Fátima Sousa Barros, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Junho de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11549064, com domicílio na Rua de Luís Cristino Silva, lote 248, 6.º B, Lisboa, 1900-741 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 30 de Outubro de 2000, e de um crime de desobediência, previsto e punido pelos artigos 387.º, n.º 4, do Código de Processo Penal e 348.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, por despacho de 11 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

13 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Flávia Santana*. — A Oficial de Justiça, *Ana Veiga*.

Aviso de contumácia n.º 6739/2005 — AP. — A Dr.ª Flávia Santana, juíza de direito da 2.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, faz saber que, no processo abreviado, n.º 755/00.2PULSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Juvinal Cabral Varela, filho de José Borges Varela e de Maria Borges Cabral, natural de Cabo Verde, nascido em 12 de Setembro de 1970, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16177101, com domicílio no Bairro das Arfanil, Casal das Lapas, Cacém, 2735-000, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 29 de Março de 2000, e de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, do Código Penal, praticado em 29 de Março de 2000, por despacho de 11 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

13 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Flávia Santana*. — O Oficial de Justiça, *Augusto Marques Martins*.

Aviso de contumácia n.º 6740/2005 — AP. — O Dr. Hugo Campanella, juiz de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, faz saber que, no processo abreviado, n.º 1395/03.0SELSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Chen Zhou, filho de Jing Zhang Zhou e de Li Wha Wu, natural da China, de nacionalidade chinesa, nascido em 24 de Dezembro de 1980, solteiro, titular do passaporte n.º 8779648, com domicílio na Rua de Marques de Ponte de Lima, 23, 1.º direito, 1000-000 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples qualificada, previsto e punido pelos artigos 143.º e 146.º do Código Penal, praticado em 16 de Novembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Março de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

13 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Hugo Campanella*. — O Oficial de Justiça, *Anselmo Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 6741/2005 — AP. — A Dr.ª Flávia Santana, juíza de direito da 2.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, faz saber que, no processo abreviado, n.º 75/04.3SCLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Jorge Augusto de Sousa Alves, filho de Amílcar Augusto e de Emília da Conceição de Sousa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Dezembro de 1966, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9872164, com domicílio no Largo do Grincho 2, Cotas, Alijó, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 5 de Abril de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Abril de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção,

sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Flávia Santana*. — O Oficial de Justiça, *Augusto Marques Martins*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 6742/2005 — AP. — O Dr. Sousa Santos, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo abreviado, n.º 1038/01.6TALRS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Nuno Miguel Bastos Lopes, com domicílio na Rua de Timor, Vila Maria Jesus, 2, A, rés-do-chão, 2685 Prior Velho, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla para obtenção de serviços, previsto e punido pelo artigo 220.º, n.º 1, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 21 de Fevereiro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte e carta de condução, bem como quaisquer certidões ou registos junto de autoridades públicas, nomeadamente conservatórias, repartições notariais, entidades consulares, centro de identificação civil e criminal, Direcção Geral de Viação e governos civis, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

28 de Fevereiro de 2005. — O Juiz de Direito, *Sousa Santos*. — A Oficial de Justiça, *Maria Ricardina Esperanço*.

Aviso de contumácia n.º 6743/2005 — AP. — A Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 844/95.3GCLRS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Carlos Manuel Moura Pereira, filho de Braulio da Silva Pereira e de Ilda dos Santos Moura Pereira, natural de Odivelas, Odivelas, nascido em 4 de Outubro de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9662087, com domicílio na Rua de Vale de Moura, lote 22, 3.º, 1675-368 Caneças, encontra-se acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física e simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 22 de Dezembro de 1995, por despacho proferido em 29 de Março de 2005, foi declarada cessada a contumácia, com efeitos a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter sido detido.

31 de Março de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Daniel Xavier*.

Aviso de contumácia n.º 6744/2005 — AP. — O Dr. António Sousa Santos, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo abreviado, n.º 580/01.3SULSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Nuno Miguel Martins Lourenço, residente na Avenida de D. Pedro V, 12, 1.º D, Amadora, 2720 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 1 de Novembro de 2001, por despacho de 4 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência em 30 de Dezembro de 2004.

5 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *António Sousa Santos*. — A Oficial de Justiça, *Maria Emília Rocha*.

Aviso de contumácia n.º 6745/2005 — AP. — A Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 668/01.0SWLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Ilídio Alves, filho de Leonel Alves e de Maria Guilhermina Ferreira, nascido em 4 de Abril de 1938, titular do bilhete de identidade n.º 8296149, com domicílio na Azinhaga da Torrinhã Zona 3, lote 6, 2 B, Ameixoeira, encontra-se acusado da

prática de um crime de condução ilegal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, com referência ao disposto nos artigos 121.º, n.º 1, e 122.º do Decreto-Lei n.º 114/94 de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de Janeiro e uma contra-ordenação, previsto e punido pelo artigo 131.º, n.ºs 1 e 2 do Código da Estrada, por despacho proferido em 11 de Abril de 2005, foi declarada cessada a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

11 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Branco C. Corda*.

Aviso de contumácia n.º 6746/2005 — AP. — A Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 525/01.OPBLRS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Jorge Mariano Veríssimo Duarte, filho de Luís Duarte e de Josefa Francisco Mariano, natural de Campo Grande, Lisboa, nascido em 8 de Abril de 1962, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 6588730, com domicílio na Rua do Dr. José Saraiva, 23, 4.º esquerdo, Quinta do Morgado, Olivais Norte, 1800-183 Lisboa, encontra-se acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, de uma contra-ordenação, previsto e punido pelo artigo 81.º do Código da Estrada, de uma contra-ordenação, previsto e punido pelo artigo 85.º, n.ºs 1, 2 e 4 do Código da Estrada, de uma contra-ordenação, previsto e punido pelo artigo 131.º do Código da Estrada, e uma contra-ordenação, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 1 e 14.º, do Decreto-Lei n.º 554/99 de 16 de Dezembro, praticados em 19 de Dezembro de 2001, por despacho de 8 de Abril de 2001, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo ter sido detido e presente neste juízo.

12 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Daniel Xavier*.

Aviso de contumácia n.º 6747/2005 — AP. — A Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 988/02.7GELRS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Remus George Manaloiu, filho de Anghel Manaloiu e de Lilieana Bucur, de nacionalidade romena, nascido em 22 de Setembro de 1981, solteiro, titular do passaporte n.º 054796692, com último domicílio conhecido na Pensão Sevilha, Praça da Alegria, 11, 2.º, 1250 Lisboa, acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido nos termos do artigo 203.º do Código Penal, por despacho de 8 de Abril de 2005, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a passagem imediata de mandados de detenção para o arguido, para os efeitos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente certidões de nascimento e casamento, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e registo criminal e certidões em conservatórias do registo predial, comercial ou automóvel e a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração.

13 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Branco C. Corda*.

Aviso de contumácia n.º 6748/2005 — AP. — A Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2264/03.9TALRS, pendente neste Tribunal, contra a arguida Almerinda dos Santos Marques, filha de António Marques e de Arminda dos Santos, natural de Rio de Couros-Ourém, nascida em 11 de Dezembro de 1959, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 5462250, com domicílio na Rua de Raul Pronsça, 25, 1.º D, 1685 Famões, encontra-se acusada da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, do Código Penal, praticado em 22 de Fevereiro de 2003, por despacho proferido em 11 de Abril de 2005, foi declarada cessada a contumácia, com efeitos a partir desta data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por a arguida se ter apresentado neste 1.º juízo criminal.

14 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Daniel Xavier*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 6749/2005 — AP. — A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1841/01.7PRLSB, pendente neste Tribunal, contra a arguida Ana Cristina Marques, filha de Clarisse Almeida Marques, de nacionalidade guineense, titular do bilhete de identidade n.º 7082621, com domicílio na Calçada do Barro, 34, 2.º C, Barro, 2670 Loures, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido nos termos do disposto no artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 316/97, praticado em 29 de Janeiro de 2002, por despacho de 21 de Março de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal por desistência de queixa.

30 de Março de 2005. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Esmeralda Figueiredo*.

Aviso de contumácia n.º 6750/2005 — AP. — A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 262/94.0TOLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Manuel Silva, filho de João Manuel Ribeiro e de Maria Antónia da Conceição, natural de São José Lamorosa, Coruche, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Novembro de 1954, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 6150914, com domicílio na Quinta dos Álamos, bloco M, 2.º direito, Laranjeiro, 2800 Almada, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla qualificada, previsto e punido pelos artigos 313.º e 314.º, alíneas a) e c) do Código Penal, praticado em 3 de Março de 1993, por despacho de 30 de Março de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo se encontrar detido.

1 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Rosário Mourato*.

Aviso de contumácia n.º 6751/2005 — AP. — A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 511/03.6PGLRS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Manea Ion Tudorel, filho de Steilian e de Vasilica, de nacionalidade romena, nascido em 7 de Janeiro de 1979, titular do passaporte n.º 06805669, com domicílio na Rua do Major Cabral Quadros, 2040, 1.º A, Bairro Vale Falante, 2040-223 Rio Maior, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de Janeiro, praticado em 11 de Dezembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 15 de Abril de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, registo criminal, carta de caçador e pescador e certidão de nascimento, etc., artigo 337.º do Código de Processo Penal.

19 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Esmeralda Figueiredo*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 6752/2005 — AP. — A Dr.ª Joana Costa, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 356/02.OPBLRA, pendente neste Tribunal, contra o arguido José Fernando da Silva Marques, filho de Vítor Manuel Valente Marques e de Maria Rosa da Silva, natural das Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Outubro de 1973, solteiro, titular do